

Resposta a um jovem centrista

# Por que é «elitista» o ensino particular?

■ ADELINO ALVES

«Se a rainha D. Leonor ficou conhecida pelo milagre das rosas, o actual ministro da Educação corre o risco de entrar para a História com o «milagre das Universidades privadas». Só que desta vez, com bem menos proveito para os pobres... neste caso sem dinheiro para pagar os estudos dos seus filhos nessas Universidades».

Como se trata de uma lenda, tanto fará dizer que a rainha foi D. Leonor como D. Isabel, embora seja a primeira vez que vejo a segunda a ocupar o lugar da primeira... Dado que se trata de duas grandes Rainhas, não devem ralhar lá no assento etéreo onde subiram...

O pior, porém, não é isto, mas na prosa de Jorge Ferreira, da Juventude Centrista, vejo que, no meio de certos conceitos educacionais que me honraria subscrever, oferece doutrina absolutamente inaceitável. Apesar de defender, «acerrimamente», como «sempre o fizemos e faremos, o ensino privado», acrescenta não poder «assistir

impávido à situação que actualmente se vive neste sector: o ensino superior privado tem-se vindo a transformar num «supermercado de cursos e diplomas», com a complacência, por vezes demasiado activa, do Ministério da Educação».

O autor desta acusação não prova: não aponta falhas; não dá um único exemplo. E é pena. Porque, deste modo, a gente ficaria a reflectir sobre a verdade da crítica, que nunca se quer demagógica.

Houve um caso em que o Ministério da Educação se viu na obrigação de intervir, e fez-o com decisão e autoridade, como, aliás, é da sua competência. Não fechou a escola mas negou que tivesse nível. Sempre o Estado deve assim proceder, aliás, no desempenho duma tarefa que só a ele compete.

Tenho como norma, nunca sobrepor os interesses particulares aos da colectividade. Também aqui não quero defender os interesses de empresas que hajam porventura, aberto uma escola, como formas de assim obterem

lucros. Defendo, isso sim, o direito de todos poderem abrir as escolas que muito bem entendam, mas sempre sob apertada vigilância do Estado quanto ao nível curricular e docente. O Estado terá mesmo de começar por ser extremamente exigente com as suas próprias escolas.

Não me parece feliz o ataque que o autor faz, a propósito do famigerado «numerus clausus». Creio mesmo que tal sistema se traduz numa violência à liberdade do cidadão: ele é que deve escolher o caminho a seguir e todos sabemos suficientemente bem quantas injustiças se cometeram no método selectivo de acesso à Universidade.

Não compete a um Estado de cidadãos livres determinar quantos licenciados disto ou daquilo deve haver. Isso é totalitarismo aberrante. Coarctar e destrói a liberdade do cidadão.

Porque o Estado se mostra incapaz de enfrentar o problema do ensino, não possuindo instalações nem docentes em número suficiente, é que surgiram, aqui e ali, escolas superiores universitárias e, tanto quan-

to as conheço, tem sido preocupação dos seus responsáveis que elas sejam de real nível.

Por outro lado, se o ensino particular, em todos os níveis, é caro, a culpa não se pode nem deve assacar a este ensino, mas ao Estado que não quer fazer uma equitativa distribuição dos bens que são de toda a Nação e não apenas de uma parte. Triste é dizê-lo, mas ainda vivemos no sistema de o Ministério da Educação e Cultura ser quase cem por cento um departamento voltado para o ensino do Estado, quando deveria ser, para toda a Nação, oficial ou particular. Veja-se o caso do ensino na Região Autónoma da Madeira, onde tal distinção não existe.

É, de facto, fácil apelar-se ao ensino particular e cooperativo de elitista. Como não, se são as famílias, que não desistem de ser livres, que o têm de sustentar? Infelizmente em Portugal, ainda custa muito caro ser-se livre, agravando-se a situação com o caso indimentável de as escolas oficiais não educarem. A Constituição proíbe-lho.



E, pois, inadmissível lerem-se coisas como estas, na prosa do mesmo autor da JC:

«Além do mais, o sistema torna-se menos democrático, socialmente mais injusto e mais elitista no pior dos sentidos, pois se os ricos não pagaram certamente a crise, só eles de facto poderão suportar os custos inerentes à frequência desses estabelecimentos».

Creia que nem só os ricos têm os filhos no ensino particular. Muitos, fracamente remediados, fazem das tripas coração, para poderem dar a seus filhos aquela educação que nas escolas estatais nunca poderão alcançar. Mas a culpa não é destas escolas, mas — repito — da inexistência de ensino livre em Portugal. Como será ele li-

vre se as famílias não podem escolher a escola que mais convém para seus filhos? Ora, a escola tem de estar claramente ao alcance de todos, quer sejam ricos, quer pobres. Deveria ser tão simples como o ar que se respira. Isto sim, é que é (peço livre! Só que, na nossa terra, onde todos gritam pela democracia, continua a haver filhos e enteados. No campo da escola, flagrantemente. Até quando, não sei. Mas a verdade é que o aparecimento de escolas privadas vem ao encontro da incapacidade do Estado, que aqui deveria ter apenas uma tarefa subsidiária. Foi, porém, mais além: absorveu nitidamente um direito natural da Família. Essa a nossa desgraça.

Dia	1
	2
	3
	4
	5
	6
	7
	8
	9
	10
	11
	12
	13
	14
	15
	16
	17
	18
	19
	20
	21
	22
	23
	24
	25
	26
	27
	28
	29
	30
	31

Política educativa